

A crise política de 2005: Causas estruturais e conjunturais que a explicam

Carlos Alberto Furtado de Melo

Insper Working Paper

WPE: 138/2008



Copyright Insper. Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução parcial ou integral do conteúdo deste documento por qualquer meio de distribuição, digital ou impresso, sem a expressa autorização do Insper ou de seu autor.

A reprodução para fins didáticos é permitida observando-se a citação completa do documento

**A crise política de 2005:
Causas estruturais e conjunturais que a explicam**

Carlos Alberto Furtado de Melo*

* **Carlos Alberto Furtado de Melo**, Cientista Político, doutor pela PUC-SP, Professor de Sociologia e Política do Ibmec São Paulo. Autor de “**Collor: o ator e suas circunstâncias**”. São Paulo. Editora Novo Conceito. (carlos.melo@isp.edu.br)

A crise política de 2005: causas estruturais e conjunturais que a explicam

Carlos Alberto Furtado de Melo

Em 2005, o ambiente político brasileiro passou por grande turbulência. Disputas fisiológicas na coalizão governista fizeram com que um de seus principais dirigentes, o deputado federal Roberto Jefferson, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se transformasse no estopim daquela que seria considerada por setores da oposição e da mídia como “a maior crise ética que atingiu o país em toda sua história”. O governo sofreu verdadeiro bombardeiro tornando incertas não apenas as chances eleitorais do presidente Lula, bem como a continuidade do seu mandato. Articulistas, editoriais e políticos chegaram a dar o governo por encerrado. O espectro do impeachment – assim como aconteceu com o ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992 – voltou a rondar o cenário político nacional¹. Talvez não fosse para tanto, pois a história do Brasil está repleta de momentos dramáticos². Mas, o

¹ Os exemplos são vários; mas, por insólito – pois o autor, no segundo mandato de Lula, foi nomeado ministro – preferimos citar o artigo do filósofo Roberto Mangabeira Unger, no jornal Folha de S. Paulo, em 15/11/2005. Diz o autor: “Afirmo que o governo Lula é o mais corrupto de nossa história nacional. Corrupção tanto mais nefasta por servir à compra de congressistas, à politização da Polícia Federal e das agências reguladoras, ao achincalhamento dos partidos políticos e à tentativa de dobrar qualquer instituição do Estado capaz de se contrapor a seus desmandos. Afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente. As provas acumuladas de seu envolvimento em crimes de responsabilidade podem ainda não bastar para assegurar sua condenação em juízo. Já são, porém, mais do que suficientes para atender ao critério constitucional do impedimento. Desde o primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas. Imiscuiu-se, e deixou que seus mais próximos se imiscuissem, em disputas e negócios privados. E comandou, com um olho fechado e outro aberto, um aparato político que trocou dinheiro por poder e poder por dinheiro e que depois tentou comprar, com a liberação de recursos orçamentários, apoio para interromper a investigação de seus abusos. Afirmo que a aproximação do fim de seu mandato não é motivo para deixar de declarar o impedimento do presidente, dados a gravidade dos crimes de responsabilidade que ele cometeu e o perigo de que a repetição desses crimes contamine a eleição vindoura. Quem diz que só aos eleitores cabe julgar não compreende as premissas do presidencialismo e não leva a Constituição a sério”. Roberto Mangabeira Unger *in* “Pôr fim ao governo Lula”; Folha S. Paulo, 15 de novembro de 2005, página 2.

² Denúncias e escândalos políticos e administrativos não são novidade no Brasil. Atingiram quase todos os presidentes eleitos, de 1946 para cá: o chamado “mar de lama” levou Getúlio Vargas (1950-1954) ao suicídio; Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi alvo de inúmeras denúncias de corrupção e de enriquecimento ilícito; antes e durante seu mandato manobras políticas e militares tentaram desalojar o presidente do poder; Jânio Quadros (1961) renunciou ao cargo sete meses após a assumir a presidência do país; a posse de seu vice, João Goulart, se deu sob forte crise militar, sendo Goulart, ao cabo de três anos, destituído por meio de um golpe militar que estabeleceu uma ditadura de mais de 20 anos. Com o retorno à democracia, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a chamada “CPI da Corrupção”, abalou o governo de José Sarney que deixou de reunir condições para gerir a economia. Fernando Collor de Mello, seu sucessor, enfrentou uma avassaladora onda de denúncias e mobilizações populares que o levaram à renúncia e ao impeachment. Fernando Henrique Cardoso também sentiu o sabor e o efeito das denúncias e da crise em pelo menos duas ocasiões: quando surgiram indícios de compra de votos para aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos; assim como, por ocasião da divulgação de conversas telefônicas,

certo é que a enxurrada de denúncias e revelações daí proveniente se configurou, esta sim, no maior abalo que, até então, viveriam o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O núcleo dirigente do governo, o chamado “núcleo duro” desmoronou³, sendo a maioria de seus membros atingidos; as cúpulas do PT e de partidos aliados desfizeram-se; parlamentares renunciaram aos seus mandatos de modo a não serem cassados e nem tornarem-se inelegíveis por pelo menos oito anos. Lideranças políticas de esquerda, forjadas nos chamados “anos de chumbo” de oposição à ditadura militar foram destroçadas; o ministro José Dirceu, ex-guerrilheiro, ex-presidente do PT e um dos maiores ícones da esquerda brasileira, perdeu o mandato de deputado federal e os direitos políticos – assim como Roberto Jefferson. A “nomenclatura petista”, a mais elevada burocracia partidária, atingida pelo escândalo, foi desmoralizada; a direção substituída. Militantes de esquerda ficaram atordoados; a idéia de “Política”, enquanto instrumento de transformação social e construção de projetos, mais uma vez, saiu abalada aos olhos de grande parcela da população.

Ainda que o presidente Lula tenha concorrido e vencido a eleição de 2006, é inegável que para a maioria da classe média urbana – mais informada e suscetível a esse tipo de informação –, a crise não significou apenas “algo forjado pela disputa política, natural do processo eleitoral”, como diziam os partidários do presidente. O jogo eleitoral estava presente, é claro. Mas, isoladamente, ele seria incapaz de promover um processo com aquela dimensão. Até mesmo porque a oposição – e isto se comprovou ao longo do tempo – não teria força, unidade e nem capacidade de articulação política suficientes para criar tantos fatos e desarticular tão profundamente o governo.

Ao contrário do que se afirmou (por desconhecimento, preconceito, ou luta política), o fenômeno não foi resultado de único fator: o Partido dos Trabalhadores. Embora não se possa deixar de creditar a alguns de seus dirigentes e líderes inegável responsabilidade e nem deixar de ressaltar a inexperiência e os deslizes éticos de parcelas de seus membros, o PT não pode ser apontado como elemento explicativo *único* desta crise. Como tudo, suas causas correspondem a fatores bem definidos e, naturalmente, maiores ou em pé de igualdade com a responsabilidade do PT. Elementos que estão presentes desde sempre no sistema político

ilegalmente gravadas, envolvendo importantes executivos do governo com supostas irregularidades no processo de privatização de empresas estatais, crise conhecida como “escândalo dos grampos no BNDES” (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

³ Inicialmente, o “núcleo duro” era composto pelos ministros José Dirceu, Antônio Palocci e Luiz Gushiken, além do presidente Lula, é claro. Naturalmente, somente Lula permaneceu no governo.

nacional – alguns possivelmente agravados pela inabilidade dos atores que geriam o processo político – também dão sentido causal à crise.

Como evento, a crise trouxe à tona processos e aspectos muito complexos: revelaram-se as dificuldades e os custos para a efetivação de um processo de modernização econômica, institucional e política. No interior de um sistema naturalmente avesso a reformas, percebeu-se as enormes dificuldades para a construção de maiorias parlamentares, indispensáveis num presidencialismo com as características do brasileiro. Também vieram à tona as inegáveis deficiências de um sistema eleitoral que distanciam representantes e representados e que não favorecem o maior controle sobre a ação parlamentar. Por fim, somem-se a isto peculiaridades históricas e conjunturais de um sistema partidário anacrônico, de certo modo paralisado na conjuntura e no debate ideológico dos anos 1980, incapaz de representar significativas parcelas da população; partidos fragmentados, sem unidade ideológica e sem consensos programáticos. Enfim, *causas estruturais* que deram sentido à crise.

Simultaneamente, *fatores conjunturais* – em grande medida, resultantes desses problemas estruturais – merecem igual consideração: a crise de paradigma e projeto da esquerda, a fragmentação ideológica, a “encruzilhada” programática do PT e a inexperiência de suas lideranças; a degeneração ética de alguns de seus membros, as disputas internas e os tiros do “fogo amigo”; os impasses e as contradições da chamada “política de alianças” devem ser considerados. Igualmente deve ser observado o tipo de liderança exercida pelo presidente Lula: a ambigüidade como método de sobrevivência e condução política; a pouca ou nenhuma disposição em obedecer a liturgias e cumprir “protocolos” e “rapapés” na relação com parlamentares; a idiosincrasia do seu processo decisório. Evidentemente, a disputa com a oposição – também sem unidade programática, fragmentada e sem projeto, fragilizada e acuada pela distância em relação a recursos públicos desde sempre utilizados como instrumentos eleitorais – também não deixa de ser relevante. Junte-se isto tudo e teremos as causas e o caldo de cultura que geraram e alimentaram a crise.

Causas estruturais

Modernização custosa

No mundo todo, os últimos trinta anos foram de profundas transformações tecnológicas, econômicas, políticas e sociais. Elas atingiram praticamente todo o planeta e configuraram novos padrões de comportamento político e de organização dos Estados Nacionais. De um modo bastante sintético, pode-se afirmar que os crescentes ganhos de produtividade em

algumas economias levaram à necessidade de revisão e inversão dos investimentos em outras. Estados Unidos e Inglaterra, durante os governos Ronald Reagan e Margareth Thatcher, respectivamente, simbolizam o processo que impôs a necessária revisão do papel do Estado e que de algum modo influenciou – e até serviu de modelo para – diversos países do mundo (FIORI, 1997).

A indústria perdeu a centralidade econômica; outros setores, como o financeiro, telecomunicações e serviços passaram a ocupar maior parcela dos produtos internos dos países e a apontar para um novo modelo de desenvolvimento. A necessidade de trocas entre os países aumentou e a circulação de pessoas, culturas e mercadorias também (CASTELLS, 2000). A idéia de um estado provedor do desenvolvimento, capaz de investir diretamente, induzir e gerir o processo econômico ficou em xeque. O ideário liberal se expandiu: impossível centralizar e coordenar esse processo; importante seria dar espaço e autonomia aos atores econômicos e à sociedade em geral. A concorrência entre setores privados se estabeleceu não apenas como inevitável, mas como desejável.

Naturalmente, no Brasil isto não foi diferente, embora esse processo tenha sido – e continue sendo – muito mais lento, quando comparado às economias centrais. O certo é que o modelo que vigia desde os anos 1930 entrou em colapso a partir de meados dos anos 1970. O forte endividamento público não mais permitiria ao estado o mesmo papel que desempenhara no processo de industrialização. A indústria nacional, abrigada e favorecida por uma legislação protecionista – que talvez fizesse sentido, décadas antes – se encontrava ultrapassada e incapaz de dar respostas rápidas às necessidades e desejos por novos bens de produção e consumo (DINIZ, 1997).

A infra-estrutura necessária à promoção do desenvolvimento se sofisticara e não mais se limitava a estradas, portos e aeroportos; o conhecimento, a informática e as telecomunicações se colocavam como novos e indispensáveis requisitos para o processo de desenvolvimento econômico e social; as reservas de mercado, como no setor de computadores, por exemplo, mostravam-se perniciosas, levando o país a grande atraso tecnológico, comprometendo o desenvolvimento. Além disso, os aumentos de produtividade e a mais facilitada e rápida circulação de produtos impunham maior competitividade. Escondida sob um modelo de capitalismo cartorial e ineficiente, incapaz de se mover por vontade própria e sem recursos para dar os saltos tecnológicos necessários, a economia nacional viu-se numa encruzilhada: ou se abria à competição ou naufragaria no anacronismo diante de um estado não mais capaz de socorrê-la por incentivos fiscais ou investimentos diretos.

Ainda que de maneira lenta e temerosa, a abertura econômica do mercado nacional se fez (e ainda se faz) inexorável. O processo de globalização, mal compreendido e demonizado por muitos, não colocou apenas em xeque a economia de países como o Brasil, mas que também forçou brutal reestruturação da ordem política mundial. Nesse turbilhão, desapareceram a União Soviética, os países do chamado “socialismo real” e se enfraqueceram utopias e todo um arcabouço ideológico e doutrinário construído ao longo de décadas, desde, pelo menos, a grande Revolução Russa, de outubro de 1917.

No Brasil, esse processo de modernização econômica foi e tem sido custoso, seja pelas diferenças de estágio de desenvolvimento em que o país se encontrava em relação às economias centrais; seja por suas particularidades culturais; seja pelas enormes desigualdades sociais que não permitiriam um processo ainda mais rápido (e mais rapidamente cruel) de exclusão de setores desde sempre atrasados e apartados do processo econômico; seja pela inexistência ou ineficiência de instituições e lideranças políticas capazes de arbitrar e conduzir a negociação desse processo.

O fato é que desde meados da década de 1970 setores acadêmicos e da tecnocracia estatal já haviam se convencido a respeito da necessidade de transformação do estado e da economia brasileiros (SIMONSEN, 1974). Todavia, faltaram, num primeiro momento, intenção e, depois, força política para implementar essas mudanças.

Inicialmente, a resistência a esse outro e novo modelo de desenvolvimento – e até mesmo em se submeter compulsoriamente a ele – se deveu à força (declinante, porém) do regime militar brasileiro. O governo do general Ernesto Geisel, tomado pela mentalidade de um estado forte e capaz, acima dos civis, de definir a estratégia e conduzir o desenvolvimento, retardou “os novos tempos”. O nacional-desenvolvimentismo, que vigia desde a década de 1930 era hegemônico entre militares e a tecnocracia dos governos militares. Por conta disto, diante dos primeiros sinais de crise, nos anos 1970, optou-se pelo aprofundamento do modelo nacionalista, implementando uma espécie de “fuga para frente” (*la fuite em avant*), implantando-se o que se chamou de “política de substituição de importações”⁴.

⁴ “Em contraste com o que aconteceu, por exemplo, no Chile, onde o governo militar provocou uma mudança significativa no modelo econômico, no Brasil os militares não inovaram em matéria de política econômica. Com exceção dos três primeiros anos de governo militar, quando todos os esforços concentraram-se no programa de estabilização para conter as altas taxas de inflação, a política econômica, durante o período militar, seguiu basicamente o mesmo modelo vigente desde o governo Vargas. O chamado “milagre brasileiro” do período 1967-73 teve como sustentáculo, por um lado, os resultados obtidos pela política de estabilização de 1964-67 e, por outro, uma política de desenvolvimento que consolidou e intensificou o modelo de substituição de importações que reservava ao Estado um papel empreendedor ainda mais importante. Por volta de 1974, a

Embora esse processo tenha sido de enorme intervenção estatal e de magnífica presença do estado na economia, pode-se afirmar que já demarcava os estertores do nacional-desenvolvimentismo. Todavia, foi a falta de força política para implementar reformas que mais prejudicou o avanço do novo modelo. Entre os governos Geisel e Collor, o país viveu um déficit de legitimidade. Ao governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) faltaram condições políticas para implementar reformas importantes. O regime militar fazia água: a situação econômica do país era realmente delicada; elevados índices de inflação e desemprego retiravam o apoio popular; greves e intervenções nos sindicatos se sucederam; os conflitos e desajustes internos quanto ao processo de abertura política impunham o temor de retrocessos; as disputas na própria base do governo (Paulo Maluf, preferência entre os civis da ARENA, partido do governo, para substituir o Figueiredo, não agradava os militares) e a crescente mobilização popular – que culminou na campanha pelas Eleições Diretas-Já (1983-1984) – retiraram do governo a iniciativa e a possibilidade de qualquer tentativa de implementação de ajustes econômicos e fiscais mais profundos.

Mais tarde (1985), a morte de Tancredo Neves – presidente da República eleito indiretamente por um questionado colégio eleitoral –, à véspera da posse, com a conseqüente assunção do vice, José Sarney, um político vinculado ao regime anterior, novamente inibiu o processo de transformação. Ao lado disto, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (promessa de Tancredo), ataram as mãos do governo ao mesmo passo em que se acelerava o processo inflacionário e se aprofundavam as ineficiências da economia nacional.

A Constituinte, não exclusiva, toma posse em 1986, como Congresso Constituinte, e é marcada por um intenso processo de negociação que resultou na conciliação dos conflitos de interesses, ao invés da definição clara de um novo ordenamento resultante de uma sociedade que se transformara política, social e economicamente. Durante o dia, direita e esquerda

despeito dos sinais de que o milagre havia se desfeito – manifestos pelo impacto que a crise mundial do petróleo exerceu no Brasil –, o mesmo caminho continuou a ser trilhado. Uma ambiciosa política de substituição de importações de bens de capital e matérias-primas, sustentada por investimentos do setor público e por empréstimos estrangeiros, foi a estratégia seguida (...). Certamente, esta estratégia teve êxito ao garantir altas taxas de investimento e ao fazer da experiência brasileira de regime militar-autoritário um caso de desempenho econômico bem-sucedido. Porém, foi também responsável por sérios desequilíbrios, e os problemas econômicos que haviam provocado a intervenção militar em 1964 – inflação alta e estagnação econômica – ressurgiram com ainda mais intensidade, permanecendo como pano de fundo do processo de transição política”. Kinzo, Maria D'Alva G. **A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição.** In: São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001

digladiavam; à noite, o “Centrão”⁵ contemporizava de modo a estabelecer um verdadeiro empate técnico, onde ninguém ganhava e todos, ao longo dos anos, pela falta de definições claras e contemporâneas, perderiam.

Chamada de “Constituição Cidadã” por Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Constituinte, da Câmara dos Deputados e do maior partido político de então, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), a Constituição estabeleceu diversos direitos e poucos deveres; repartindo poderes da União, ampliou a democratização e o municipalismo, distribuindo recursos antes centralizados; criou uma estrutura fictícia de bem-estar social à qual os entes federativos seriam, na realidade, incapazes de honrar e fazer funcionar; estabeleceu um mecanismo maroto de criação de novos impostos (centralizados novamente na União), as chamadas Contribuições Sociais, que retirariam mais recursos da sociedade para manter um Estado que, de resto, não recebera qualquer tipo de incentivo à eficiência técnica econômica e social. Evidentemente, fez com que explodissem os gastos públicos, aprofundando ainda mais o processo inflacionário e a dificuldade geral de gestão e investimento. Na ocasião, o então presidente da República, José Sarney, chegou a insinuar que aquela constituição poderia fazer com que o país ficasse ingovernável⁶.

É claro que, como resultado disto, as divergências em relação ao padrão de desenvolvimento que se constituía em vários pontos do mundo foram formalmente sufocadas, ainda que na vida real elas se aprofundassem. A “Constituição Cidadã”, portanto, nasceu velha, ainda que bem-intencionada; em pouco tempo, mostrou necessitar de vários e profundos reparos. Para fazê-los, no entanto, sob a norma dos necessários três quintos dos votos nas duas Casas, deveria coexistir um sistema político e partidário ágil e moderno; capaz de avaliar o mérito e promover (ou não) mudanças sem custos suplementares à normal negociação política, normal em qualquer lugar do mundo.

No entanto, esse sistema se mostrou ineficiente por não ser capaz de acompanhar ou não compreender o padrão das mudanças que a realidade impunha. Cheio de vícios de origem e também atingidos pelos ventos das transformações mundiais, os partidos políticos erodiram

⁵ “Centrão” foi o nome dado ao agrupamento de políticos conservadores que formaram um importante bloco durante os trabalhos do Congresso Constituinte.

⁶ Por conta das disputas e destas contradições internas, a Constituição brasileira transformou-se num ordenamento *sui generis*; é considerada detalhista, pois pretende discutir e normatizar, em detalhe, a vida nacional; possui nada menos que 250 artigos e algo perto de uma centena de outros artigos como disposições transitórias; é também considerada rígida, ainda que não imutável, pois sua alteração requer a concordância de três quintos dos congressistas, das duas Casas (Senado e Câmara), em duas votações. Quase 20 anos após sua promulgação, vários de seus artigos permanecem sem a legislação complementar requerida pela própria lei.

rapidamente. Reformas que modernizem os partidos e o sistema eleitoral – que perpetua os vícios partidários –, vinculando mais democraticamente as legendas à sociedade contemporânea são entendidas como necessárias há muito tempo, quase um consenso. Todavia, não passam da fase da constatação à efetiva realização. Por alterar profundamente as regras do jogo e, sobretudo, por atingir os vencedores desse jogo (favorecidos pelas regras), a reforma política não é levada a termo. Eis o início da confusão que contribuirá para a eclosão da crise de 2005.

O sistema político: o novo e o arcaico

No Brasil, uma reforma política profunda compreenderia vários aspectos (AVRITZER E ANASTASIA, 2006). Porém, por afetar vasta gama interesses, sua negociação seria complexa e certamente demorada; por conta disto, tem sido sistematicamente protelada, gerando ceticismo quanto a sua viabilidade ao mesmo tempo em que se desgasta a própria credibilidade do sistema político. Por isso, não raro recorre-se ao senso comum para demonizar o sistema político, que, realmente, possui deficiências que o comprometem.

Todavia, não se pode jogar fora a água do banho junto com a criança. É necessário reconhecer que nos últimos anos houve inegáveis avanços: somente a partir de 1985 o país passou a viver um ambiente inegavelmente democrático. É uma experiência recente, portanto, que vem se consolidando. Ainda assim, trata-se do mais duradouro período de democracia plena: as organizações políticas se estabeleceram da forma mais ampla e livre do que jamais se vira na história do país; eleições diretas livres e regulares, em todos os níveis, ocorreram sem maiores transtornos; a justiça eleitoral conseguiu instituir, de fato, um processo de escolha de representantes com elevado grau de eficiência, no que se refere à apuração, e de confiabilidade, no que tange à transparência dos resultados; em que pese o desproporcional peso dado ao Poder Executivo, os poderes constitucionais funcionam sem abalos e com autonomia: o Governo é fiscalizado, o Legislativo é hoje mais exigido e cobrado que no passado; o Judiciário é acompanhado por comissão externa.

Temos órgãos de classe e organizações da sociedade civil mais atuantes, mobilizados e politicamente amadurecidos: na mais absoluta normalidade constitucional, o país viveu o impeachment de um presidente da República legitimamente eleito e legalmente destituído, sem abalos ou traumas (MELO, 2007). Na seqüência, um governo reformista se estabeleceu, promovendo significativas transformações na ordem econômica; quebrando monopólios

estatais e privatizando empresas públicas, instituindo a estabilidade econômica e princípios de responsabilidade fiscal.

Por fim, a eleição e a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, líder operário, membro de um partido de esquerda e antagonista do *status quo*, garantiu, na prática, a alternância de poder, consolidando a transição democrática. A imprensa é livre e vigilante, possuindo inegável autonomia em relação aos governos, aos quais critica e denuncia com mais ou menos elementos comprobatórios sem que ocorram, concretamente, processos persecutórios em relação à mídia. Excessos são judicialmente discutidos, mas tentativas de cerceamento (ou de regulação) não prosperaram. É inescapável admitir que houve evolução política.

De toda forma, o ritmo dessas transformações não foi o mesmo da modernização tecnológica, econômica e social. A sociedade se modernizou mais e mais rapidamente que a política: temos uma população mais urbana, mais instruída e melhor informada, ainda que possa se discutir a qualidade dessa informação; a economia é relativamente aberta (bastante se comparada ao passado); recursos financeiros, mercadorias, serviços, pessoas e informações circulam célere e vertiginosamente; as realidades se transformam da noite para o dia; novas necessidades e novos problemas surgem; as instituições, que não estejam atentas, tornam-se obsoletas rapidamente.

A política, no entanto, tem o seu ritmo próprio e, no Brasil, continua parcialmente atada a visões e práticas vinculadas à nossa formação histórica e cultural, como se isto expressasse um velho agonizante à espera de um novo incapaz de se parir; esse velho tem ficado para trás.

Dos quinhentos e sete anos de sua existência, o Brasil passou trezentos e vinte e dois deles como colônia ou Reino Unido a Portugal. De 1822 a 1989 viveu duas monarquias, cujo regime político limitava a participação, excluindo mulheres e escravos, instituindo na figura do Imperador as prerrogativas do Poder Moderador. Com a proclamação da República, os horizontes democráticos não se ampliaram satisfatoriamente: o país passou por um período de domínio das oligarquias dos estados mais ricos e populosos, São Paulo e Minas Gerais; conflitos políticos e sociais foram resolvidos pela força; em 1930, com o golpe militar, Getúlio Vargas chega ao poder e, em 1937, instala a ditadura do Estado Novo. De 1946 a 1964 viveu-se, no interregno de duas ditaduras, um intervalo democrático. Somente em 1985 a democracia foi estabelecida.

Esse processo de pequena participação e grande autoritarismo é tão marcante em nossas raízes que, nos anos 1930, o historiador Sérgio Buarque de Holanda afirmara que nossa democracia sempre fora um enorme mal-entendido. Referia-se a um sistema em que o

interesse público era sistematicamente seqüestrado por particulares. Tendo sido a política, em grande medida, assunto para uma elite, latifundiária e plutocrática; a exclusão do povo reduzia, assim, a democracia à frases meramente retóricas (HOLANDA, 1983).

Com efeito, desde a colônia, a Coroa recorreria, sobretudo, nas localidades mais distantes, às oligarquias rurais locais como instrumento de coerção, administração e manutenção da ordem no país. Em troca, ignorando o interesse público e a maior parte da população, as oligarquias se assenhoreavam de cargos e recursos públicos, transformando-os em algo que se confundia com seu próprio patrimônio. No mais, os números gritam: “até 1945 a participação eleitoral não passou de 5% da população” (CARVALHO; 2004:30).

Hoje, vive-se a democracia no interior de um presidencialismo *consociativo*⁷, em que convivem vários centros de poder, com os quais são repartidas atribuições e autoridade, num todo onde coexistem governos estaduais, Câmara e Senado. Não raro esse presidencialismo se vê paralisado por esses centros. Nesse ambiente, há também grande multiplicidade de partidos representados no parlamento⁸, com plena liberdade de movimentação e capacidade de contribuir para facilitar ou dificultar a realização dos interesses governistas.

O chamado “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988) é em grande medida resultado dessa fragmentação de centros de poder e desse multipartidarismo. “Esse regime de governança reserva à presidência um papel crítico e central, no equilíbrio, gestão e estabilização da coalizão. O presidente precisa cultivar o apoio popular – o que requer a eficácia de suas políticas, sobretudo as econômicas – para usar a popularidade como pressão sobre sua coalizão; ter uma agenda permanentemente cheia, para mobilizar atenção da maioria parlamentar e evitar sua dispersão; ter uma atitude proativa na coordenação política dessa maioria, para dar-lhe direção e comando” (ABRANCHES, 2001).

Mas, o apoio popular da maioria dos governantes, como se sabe, tem prazo de validade tanto menor quanto maiores forem as dificuldades de gestão econômica. Não raro, se esvai com o primeiro ano de mandato, com a falta de resultados imediatos, com a frustração das promessas e com a adoção de medidas impopulares. Dadas as características das eleições

⁷ Ver Antônio Otávio Cintra, **O sistema de governo no Brasil**, in Sistema político brasileiro: uma introdução, páginas 61-78. Neste trabalho, Cintra faz importante referência ao trabalho de Arend Lijphart, “**Os modelos majoritários e consociacional da democracia**: contrastes e ilustrações”, presente em Bolívar Lamounier (Org.). **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 95-115.

⁸ Atualmente, existem 20 partidos com representação na Câmara dos Deputados; havendo, neste momento – abril de 2007–, dois deputados que não estão vinculados a partido algum. Compõem formalmente a base do governo Lula, nada menos que 12 legendas.

brasileiras⁹, não alcançando maioria nos parlamentos, os governos precisam recorrer à formação de coalizões menos como expressão da “força da popularidade” (que não mais possuem) e mais em busca de socorro e apoio a medidas impostas pela dinâmica econômica e por suas conseqüências sociais e políticas.

Ainda que, com justificadas razões, possa ser considerado um dos sistemas presidencialistas mais poderosos do mundo, o presidencialismo brasileiro se vê obrigado a recorrer ao apoio dos partidos e para a construção de maiorias parlamentares nem sempre *sintonizadas* com bandeiras e projetos do governo; “a pressão da popularidade” liquefaz-se e isto torna mais difícil a tarefa de “mobilizar atenção da maioria parlamentar e evitar sua dispersão”. O processo de negociação é inevitável e raramente se dá pela via da discussão programática.

Parece, portanto, incorreto afirmar que o presidente, que muito pode, possa realmente tudo. Ele não pode se isolar da política parlamentar e nem de grupos políticos e partidários que lhe dêem suporte em momentos de crise ou mesmo lhe possibilitem a aprovação de uma indispensável agenda de reformas; torna-se, assim, presa de interesses de todo o tipo.

O ocaso de Fernando Collor de Mello demonstra a inviabilidade da excessiva independência presidencial e da displicente autonomia com que o Poder Executivo possa eventualmente ousar se comportar em relação ao sistema político, sobretudo, em relação aos partidos com representação no parlamento (MELO; 2007). No sistema político brasileiro, autonomia total não existe, portanto; o poder é de fato compartilhado e subordinado a interesses nem sempre transparentes e imediatamente compreendidos. Naturalmente, elevam-se os custos das reformas e da governabilidade.

O custo das maiorias reformistas

Já dissemos que o país se urbanizou e reconhecemos que os laços com o coronelismo foram, em grande medida, afrouxados: capacidade de manipulação do eleitorado por parte das elites se reduziu extraordinariamente. O Brasil tem hoje um eleitorado que ultrapassa os 125 milhões de eleitores¹⁰. Todavia, se a capacidade de manipulação e coerção sobre o eleitorado,

⁹ Grande variedade de partidos e a comum dissociação entre as eleições majoritárias e as proporcionais; raramente, as urnas dão, nos parlamentos, a maioria aos governos eleitos.

¹⁰ Nas eleições de 2006, 125.913.134 de eleitores estavam aptos; 104.820.459 compareceram, conforme informações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

em comparação ao passado, é muito menor, outros métodos foram efetivados para garantir poder a “novas oligarquias”, por assim dizer.

Embora seus poderes residam em votos conquistados nas urnas e esses votos apresentem um perfil espacial nítido, vinculado a uma base regional, não será apenas na manipulação local em que consistirá ação política das oligarquias partidárias. É claro que para manter o patrimônio de votos, o político precisará satisfazer (ou parecer que satisfaz) os interesses mais imediatos de suas bases locais. Para isto, recorrerá aos favores do Estado, lutando por verbas e projetos. Mas esta é apenas uma parte do processo.

Para pleitear mais espaços, cargos e recursos, o parlamentar necessitará, paradoxalmente, afastar-se das bases. Distanciar-se do debate político nas ruas, camuflar posições, encobrir votos e negociações com o governo. Assim, se há uma aproximação instrumental de lado a lado, voltada para realizações físicas locais; haverá também um distanciamento no mérito da política nacional e da agenda legislativa. O que é *dado* com uma mão será cobrado em termos de liberdade e autonomia política com a outra: o político quer descolar-se de sua base para negociar, *na grande política*, o que melhor convier ao seu interesse. Será a relação instrumental e clientelista, implementada pelo parlamentar, mas sancionada pelo próprio eleitor que permitirá isto. Satisfeito com a ação local, ao eleitor pouco importa questões mais amplas que, por complexas, ele pouco compreende.

De modo que, *mutantibus mutatis*, no mérito, ainda hoje se verifica semelhanças com o passado, pois, de algum modo, ainda se mostra comum que tradicional aliança entre Estado e as oligarquias. Não apenas para a administração local, como também na sedimentação de acordos e negociações que, ao cabo do processo, cobrarão elevado preço pela adesão ao governo: a distribuição de cargos e recursos públicos tenha lá o nome de “participação no governo”, “liberação dirigida de emendas constitucionais” ou “mensalão”.

Hábitos centenários que obscurecem a democracia, dificultam a governabilidade e comprometem o processo de modernização política social e econômica do país. Partidos políticos e oligarquias partidárias redefinem o desenho e a composição do aparelho estatal; parlamentares, individualmente, estabelecem negociações de seus interesses em troca de apoio político e votos no Congresso. Isto não torna incomum que as reformas constitucionais e o estabelecimento de uma agenda legislativa considerada positiva para os governos e para a sociedade moderna passem, antes, pela negociação não de programas, evidentemente, mas, naturalmente, pelo jogo do clientelismo, do fisiologismo e da corrupção.

Como vimos acima, o país possui uma Constituição com estrutural e permanente necessidade de reformas e com elevado grau de rigidez para fazê-lo; a conciliação desses fatores (rigidez legal, necessidade de mudança e sistema político fisiológico) tende a levar ao escândalo e à crise.

A dissonância entre as exigências de um novo modelo econômico e o sistema político tornam-se gritantes. De modo que, por vício ou necessidade, assim como no passado, os governos vão em busca das oligarquias. Estabelece-se quase que a mesma relação de troca. A tradição colonial oligárquica deixou marcas inequívocas: ainda hoje os governos recorrem às elites locais de modo a se socorrer politicamente.

As oligarquias, agora, legitimamente eleitas, com assentos nos parlamentos, inseridas nas mais diversas siglas e grupos parlamentares impõe sua lógica: ou as direções partidárias negociam os interesses de seus membros ou são rapidamente abandonadas por eles, uma vez que a mobilidade partidária é facilitada e se transformou num fato corriqueiro. Ademais, se for o caso, eles mesmos podem negociar interesses e demandas diretamente com o Executivo, sequer dependem tanto assim dos partidos; raramente as direções definem o “fechamento de questão” e nem a “fidelidade partidária” pode ser exigida, pois sua desobediência não terá por consequência a perda do mandato.

Ao mesmo tempo, estabelece-se um “mercado de atração parlamentar”: as direções atraem e estimulam esse comportamento, pois é no grande número de parlamentares “receptivos” ao diálogo que reside seu poder. Aos parlamentares interessa uma legenda que lhe dê interlocução, mas também liberdade. O “poder numérico” se estabelece: interessa apenas o tamanho das bancadas. Assim, controlar um grande número de parlamentares não quer dizer exatamente liderá-los politicamente, mas, sobretudo, representá-los; defender seus interesses, protegê-los de armadilhas e, no limite, dar-lhes boa dose da liberdade que exigem. A prática termina por estabelecer um sistema de favores, obrigações e retribuições¹¹.

No final das contas, há, em inúmeros casos, enorme esvaziamento do sentido político e do vetor da transformação presente em cada medida aprovada ou rejeitada pelo Congresso. O que passa a interessar, de fato, são os potenciais votos a favor ou contra cada medida apresentada pelo Poder Executivo. Essa “contabilidade” estabelece a dinâmica da negociação;

¹¹ Na Constituinte, houve uma intensa discussão a respeito da duração dos mandatos presidenciais. Como até ali os mandatos eram de 6 anos, reduzi-los para 4 ou 5 anos significaria diminuir o mandato do então presidente em um ou dois anos. José Sarney combateu a tentativa de redução do seu mandato, utilizando todos os recursos de que dispunha. Articulando os interesses de Sarney, o deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), um dos líderes do “Centrão”, lançou mão de uma máxima franciscana que rapidamente passaria para o rol da “filosofia” política nacional: “é dando que se recebe”.

o povo fica, evidentemente, ausente e, assim, como no caso das salsichas, acaba por ser construída a imprescindível *governabilidade*: melhor não saber como são feitas. A luta entre o moderno e o arcaico continua; se é que algum dia chegará ao fim.

Os partidos políticos

Ainda que o desafio de governar sob o peso de um mundo globalizado tenha se configurado em doloroso aprendizado para os diversos governos, isto nem sempre foi sentido pelos partidos políticos por eles representados. Dissociadas do dia-a-dia do poder Executivo, as siglas partidárias, de um modo geral, nunca se viram compelidas à necessária atualização diante de um mundo que se transformou rápida e radicalmente.

Poucas parecem ser as lideranças políticas que acompanharam e compreenderam o processo de transformação e seus reflexos sobre economias como a brasileira. Poucas parecem ser as lideranças capazes de compreender e aceitar que essas transformações, além de apoios e votos, exijam também mudança de comportamento, transformação cultural e renúncia a direitos que se desmancharam no ar. Afinal, trata-se de um processo de difícil assimilação.

A visão provinciana, o pragmatismo eleitoral – ou *eleitoralismo*, num sentido pejorativo – aliados à a própria confusão dos momentos de mudanças de paradigma fizeram com que os partidos se encontrassem, em 2004 e 2005, desorganizados e esvaziados de sentido ideológicos e projetos programáticos. Num vazio de idéias, as tentações do poder em aliança com a tradição ganham ainda maior espaço; campeiam o fisiologismo e o clientelismo.

Pode-se argüir sobre o que de fato ocorreu com essas legendas, além do desgaste natural da incompreensão com o devir e da corrosão com o tempo. Muitos aspectos, certamente, podem explicar esse fenômeno que de modo algum é exclusivo do Brasil; há mesmo um momento de perplexidade mundial.

Mas, em termos nacionais, pode-se também considerar que, no campo conservador, por exemplo, houve um esvaziamento em virtude do próprio desgaste do regime militar e do ocaso, velhice ou morte das principais lideranças conservadoras. Projetos de modernização à direita, como o que pairava sobre a figura do deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), foram frustrados com a sua morte e, ao que parece, somente agora ressurgem timidamente com a refundação do PFL, recentemente rebatizado como “Democratas”.

O final da guerra-fria, naturalmente, também amornou os embates políticos, retirando do campo conservador o discurso agressivo em relação ao “perigo comunista”. Além disso, o

alinhamento do Centro, aderindo a teses liberalizantes, estreitou os limites de ação da direita. Por fim, houve o evento Fernando Collor de Mello, que cobrou elevado preço político pelo apoio fornecido durante o governo e o impeachment.

À esquerda, o colapso do socialismo real e também o fim da guerra-fria retiraram bandeiras utópicas dos partidos auto denominados socialistas. Ainda assim, isto não significou uma releitura imediata do que se passara no mundo. Como no filme “Adeus Lênin”¹², em muitos casos, tentou-se tapear o presente e agarrar desesperadamente o passado. O tempo político mais lento e o ideológico, que se move a passos de cágado, foram superados pela velocidade econômica. A crítica ideológica fácil, desprovida da responsabilidade de governar estados complexos, sofreu enorme impacto com a evidência da vitória eleitoral de Lula, em 2002. Percebeu-se que bravatas não governam e que, na realidade das relações econômicas e de poder, exige-se um pragmatismo que esvazia romantismos de assembléia estudantil.

Some-se a isto a desideologização, a revisão de conceitos como “esquerda” e “direita”, assim como desinteresse pela política. Isto, evidentemente, diminui a pressão e a fiscalização sobre grupos partidários e intrapartidários, dando-lhes desmedida liberdade de ação, permitindo a burocratização e a calcificação de algumas direções partidárias. Não houve renovação e nem a exigência de projetos factíveis.

No mais, em virtude da grande extensão territorial, da sub-representação de alguns estados e do sistema de voto proporcional, eleitores e eleitos acabaram, a rigor, absolutamente distantes. O elo entre representantes e representados se desfaz com perigosa e inacreditável facilidade. Não é incomum, para não dizer que é bastante comum, que o eleitor afirme não se lembrar em quem, a final, votou nas últimas eleições legislativas. Afirma e, de fato, não se lembra porque pouco lhe interessa.

Este fenômeno vem se reproduzindo também entre alguns setores que antigamente mantinham fortes vínculos de interesse e envolvimento com a política. A agenda concorrida das três últimas décadas – da primeira derrotada do regime militar, em 1974, passando pelo processo de abertura, anistia, eleições para governadores e prefeitos, diretas-já, eleição para presidente, impeachment e novas eleições – levou, possivelmente, ao *desgaste do material*, a certo grau de banalização da disputa política, o que nada mais é que a normalidade democrática. Paralelamente, o excesso de frustrações também podem ter ocasionado o ceticismo em relação a política e aos políticos.

¹² (Good Bye, Lenin!, ALE, 2003), Direção: Wolfgang Becker, Elenco: Daniel Brühl, Katrin Saß, Maria Simon, Chulpan Khamatova, Florian Lukas, Alexander Beyer, Burghart Klaußner, Michael Gwisdek, Jürgen Holtz, Jelena Kratz, Christine Schorn, Ernst-G. Schwill.

Evidentemente, este fenômeno vem aprofundar os problemas do nosso sistema político e partidário. Parlamentares, simplesmente, deixam de se sentir cobrados pelos eleitores e o sistema eleitoral, com coligações e a proporcionalidade, reforça isto; um sistema confuso, em que o leitor pode acabar por eleger um candidato qualquer que não o seu. Sem entender nada disto, o indivíduo vota um modo descompromissado, quase automático; certamente burocrático e pouco consciente.

No mais, as grandes distâncias territoriais e as oligarquias regionais fazem o resto: despotencializam e despolitizam o debate legislativo, dando quase que exclusiva importância à linha da disputa majoritária nacional, criando, quando muito, apenas demandas locais vinculadas a promessas clientelísticas: a obra, a ponte, a ambulância, o fiscal do serviço de seguridade social, o emprego arranjado. Após a eleição tudo se esquece para voltar a pensar nisto apenas quatro anos mais tarde.

Basta que olhemos para os principais partidos do país para verificarmos o reflexo disto tudo. No início do governo Lula, se percebeu que não havia unidade em nenhum deles¹³; suas direções falavam quase que exclusivamente por si mesmas; mostrando-se incapazes de se manter coesas para além dos interesses imediatos e comuns dos diversos agrupamentos internos que possuíam. No mais, pouco ou nada tinham a dizer a respeito de uma agenda que os diferenciava dos demais. A fragmentação política e a migração partidária – livre e infrene

¹³ Propõem-se um exercício básico: na condição de representante do governo, em 2005, uma pessoa qualquer tivesse que negociar com cada uma das principais legendas, a quem procuraria? No maior partido, o PMDB, a Michel Temer (presidente da sigla) ou aos senadores José Sarney e Renan Calheiros; a Anthony Garotinho, potencial candidato, ou aos governadores, Roberto Requião, Jarbas Vasconcelos ou Germano Rigotto? Poder-se-ia argumentar que o PMDB é o caso clássico de federação de partidos regionais e logo o exemplo teria um viés de origem. Está bem. Que tal, então, o PFL? A quem procurar: ao seu presidente, na ocasião, Jorge Bornhausen; ao temperamental senador baiano, Antônio Carlos Magalhães; ao ex-vice-presidente da República, senador Marco Maciel, ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, ou àquele que em breve assumiria a administração da cidade de São Paulo, em acordo com o PSDB, Gilberto Kassab? A sigla estava totalmente fragmentada, velha, sem comando e necessitando se redefinir. Não foi por menos que, em princípio de 2007, o PFL resolveu mudar de nome. Mas, pode-se argumentar que pegamos dois partidos diretamente vinculados ao bipartidarismo do regime militar e, assim, essa fragmentação seria absolutamente natural. Pois vamos ao PSDB: seria o caso de procurar seu presidente, senador Tasso Jereissati, que na eleição anterior (2002) sequer fizera campanha para o partido – apoiou Ciro Gomes (PPS) contra José Serra; Fernando Henrique Cardoso, cujo prestígio como ex-presidente não se mostrava compatível com a dificuldade e o constrangimento que seu partido demonstra em defender os principais pontos de sua gestão; o governador de São Paulo, futuro candidato à presidência, Geraldo Alckmin, cuja campanha foi a cabal demonstração da falta de carisma e da dificuldade de empolgação das bases; o prefeito paulistano, José Serra, que controlava parcela expressiva dos cargos partidários, mas desde sempre fora estigmatizado por seu projeto de voltar a se candidatar à presidência da República; ou a Aécio Neves, a quem FHC acusou de ingênuo por manter relações mais próximas com os petistas e com o Palácio do Planalto? Por fim, a quem procurar no PT, uma vez que seus dirigentes mais respeitados debandaram em direção ao governo Lula e os que restaram foram varridos pelas denúncias do Mensalão?

– enfraqueciam a todos os partidos, desde sempre imediatamente “trocáveis”. A legitimidade da representação das lideranças e direções partidárias foi questionada. Os partidos, em geral, viraram cacós.

No primeiro momento de governo, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, buscou acordo com vários setores tendo em vista a composição de uma maioria governista. No PMDB, segundo maior partido, procurou políticos cujo diálogo se estabeleceria dentro dos princípios e métodos da política brasileira tradicional e implicaria, é claro, na distribuição de cargos e no estabelecimento de acordos para liberação de recursos. O presidente Lula, no entanto, desautorizou Dirceu¹⁴; restou a possibilidade de acordos individuais.

Em 2003, por pressão de agentes econômicos, ao Executivo, interessado e obrigado a implementar uma agenda mudancista, caberia negociar e não adotar postura imperial. A agenda de reformas – Previdência e Tributária – seria condição *sine qua non* para adquirir credibilidade. Essa agenda, no entanto, não encontrava respaldo sequer no PT, partido de Lula e Dirceu. O método mais natural, fácil e eficaz, naquele momento, supôs-se, foi a cooptação; o *menor esforço*, se comparado com o debate e a politização das reformas. Partiu-se para a conciliação de interesses, o compartilhamento do governo e das estatais. O axioma franciscano, “é dando que se recebe”, seria a norma.

O custo de negociação numa situação como esta é elevadíssimo. Parlamentares mais ou menos famosos e representativos, mais ou menos mobilizados pelo interesse nacional acima das questões regionais e de província, não importa; cada homem era um voto imprescindível, que impunha condições. Sem critérios claros essas conversas de bastidores só poderiam resultar num sistema de pressão por recursos e concessão de favores, cargos, emendas no orçamento e, possivelmente, recursos materiais e até financeiros para campanhas eleitorais. E isto parece ser capaz de explicar parcialmente a chamada “a maior crise ética”.

Num sistema partidário desorganizado e confuso, a maioria mudancista acabou por se organizar a partir e por meio de acordos individuais, nos bastidores, ou por meio de uma visão de partidos políticos como aglomerados de interesses fragmentados, dirigidos por fragmentadas lideranças, parciais e incapazes de vocalizar e coesionar esses interesses dispersos. A ausência de um projeto político, capaz de politizar o e mobilizar a sociedade de modo a pressionar os partidos, tratou de causar os demais efeitos deletérios.

¹⁴ O acordo com o PMDB, naqueles mesmos moldes, somente foi fechado com quatro anos de atraso, já no início do segundo mandato, quando coube à legenda nada menos do que 6 ministérios, com total liberdade para preenchimento dos cargos de segundo e terceiro escalões (as chamadas “porteiras fechadas”).

Fatores conjunturais

PT: fragmentação política e deficiência administrativa

É claro que as causas estruturais que levaram à crise de 2005, acima mencionadas, poderiam ser combatidas, de algum modo, por um governo com disposição e coragem política para fazê-lo. Mas, é, também, evidente que isto demandaria riscos que poderiam isolar o governo, criando transtornos que compreenderiam em novos esforços para a garantia da governabilidade e da manutenção do poder conquistado. E a manutenção do poder é, naturalmente, um objetivo absolutamente legítimo, até mesmo porque somente o poder garante a realização de projetos e processos de transformação.

A rápida ponderação feita no parágrafo acima sugere um cálculo difícil de ser resolvido: ousar ou se acomodar? A ousadia tem um preço; assim como prudência, que pode levar à acomodação ao sistema político, seus defeitos e seus vícios, também traz uma conta a pagar. A capacidade de fazer esses cálculos e comprar riscos – de ousadia ou de prudência – está na própria natureza do líder político, seja ele um indivíduo, seja ele um partido político.

Por certo, Lula e o PT viveram essa contradição, que, ao fim, se definiu pela *prudência temerosa* de Lula, que soube preservar o poder ao preço da acomodação em relação aos defeitos e vícios do sistema político, em nome da reeleição e de um projeto de governabilidade. Por outro lado, a coragem assumida pelo PT parece situar-se no campo de uma *ousadia errática*, disposta a comprar riscos do tradicional jogo político, mas incapaz de assumir projetos vigorosos e factíveis de transformação econômica, social e política. Ambos erraram, pela prudência ou pela ousadia, por não terem um projeto com o qual pudessem negociar; fazer política.

Ao abrir mão da reforma do sistema político, por exemplo, Lula renunciou à transformação que seu discurso propunha; ao aderirem às regras do jogo fisiológico, setores do PT, ousaram pisar num campo minado que ao PT prejudicaria mais que a nenhum outro partido brasileiro. Se a crise atingiu tão flagrantemente o governo lulista e o PT, isto se deu exatamente porque faltaram elementos capazes de retirar governo e partido da mesmice da tradição política; um projeto claro e politizável, menos defensivo, mais ousado. De certo modo, para não reproduzir os erros da arrogância presente em Fernando Collor de Mello, Lula e o PT assumiram o seu contrário: a política como a arte aquém do possível.

Para compreender esse processo será necessário voltar a aspectos da formação do Partido dos Trabalhadores. Não se trata de retomar aspectos de sua formação e de sua história. Relevantes

trabalhos¹⁵ são dedicados a isto e não caberia, aqui, um retrospecto. O importante a mencionar, no entanto, é a forma como ao longo dos anos o partido camuflou suas diferentes visões de Estado, Sociedade e Democracia, abrindo mão do conhecimento da realidade e de projetos possíveis para o Estado brasileiro, numa dada conjuntura; além da definição de um projeto político viável e mais profundo que as palavras de ordem sempre presentes nas manifestações e reuniões petistas.

Inicialmente compreendido por muitos grupos de esquerda que o formaram como um simples guarda-chuva tático, providencial para a acumulação de forças na luta pelo socialismo, o PT foi aos poucos se transformando num partido estratégico para a quase totalidade de suas tendências. Essa expressão (“estratégico”), no entanto, parece ter carecido de conteúdos sólidos. Estratégico para o quê, afinal de contas? Para a implantação do socialismo, para a efetivação de um governo-democrático e popular (ou aquilo que isso signifique), ou para a reconstrução do país no âmbito da ordem capitalista, sob as agruras de um regime apontado nas críticas internas como “neoliberal”?

O problema poderia ser contornado se, de algum modo, houvesse riqueza de debates e de elaboração política em todo o partido. As disputas se dariam num nível elevado, ainda que nem sempre pudessem ser consideradas apropriadas ao ritmo das administrações e nem conciliáveis estrategicamente. Ainda assim, o PT preferiu o caminho da ambigüidade e da indefinição, como modo de agradar a todos e não desagradar a ninguém, conquistando eleitorados sempre crescentes. A tática eleitoral se sobrepôs aos objetivos políticos, digamos assim, “estratégicos”.

No mais, houve aí um sério problema de formação (ou deformação) política. Ao contrário de partidos mais tradicionais de esquerda, o PT nunca primou pela profundidade intelectual. Nasceu com a determinação de tornar-se um partido de massas e não um partido de quadros. Paradoxalmente, esse debate agitou suas primeiras reuniões. Por fim, a mobilização, que sempre foi o seu forte – ao custo de uma elaboração mais requintada – definiu a linha de ação política.

Isto levou à natural popularização do partido, mas, ainda assim, ao relativo esvaziamento de visões teóricas. Intelectuais, nas bases sindicais e dos movimentos reivindicatórios, nunca tiveram grande espaço; para conquistá-lo era necessário que, antes, forjassem uma simbiose de líder popular e “intelectual orgânico” – numa deformação do conceito gramsciano –

¹⁵ Ficam aqui como exemplos de sugestão: Rachel Meneguello, **PT – A formação de um partido (1979 – 1982)**. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1989”; e Margaret E. Keck, **PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo : Editora Ática, 1991.

colocado menos na vanguarda do que na retaguarda da representação dos interesses de movimentos e grupos políticos. De resto, discussões cerebrinas sempre foram encaradas como diversionistas e desvinculadas de uma atmosfera tácita em que, na verdade, só a ação faz sentido.

Numa de suas mais profundas crises, nos anos de 1993 e 1994, o PT viu o esfacelamento político de seu maior e mais orgânico grupo, a “Articulação dos 113”, que desde a fundação do partido dera unidade e hegemonizara a legenda. Nem por isso, se parou para estabelecer novos postulados teóricos ou definições programáticas. Ao contrário. O grupo remanescente da Articulação se aglutinou em torno de um novo grupo, sugestivamente chamado “Unidade *na Luta*” (o grifo é meu). Ora, a unidade se faria no processo (*na luta*) e não no projeto¹⁶.

Nos governos que assumiram os representantes do Partido dos Trabalhadores freqüentemente adotaram um tom pragmático; não raro compreendido e criticado por militantes e dirigentes como “burocratismo” ou mera “administração do capitalismo”. Ainda assim, em que pesem experiências como os “orçamentos participativos”, as administrações do PT, de um modo geral, se mostraram pragmaticamente voltadas para questões do dia-a-dia da gestão e para a manutenção da governabilidade compartilhada com as câmaras municipais, assembleias legislativas e para o Congresso Nacional a partir do governo Lula.

Enquanto isto, quadros partidários, deixados à margem das administrações buscavam se aproximar das “bases”, dos movimentos sociais, das reivindicações sociais, tão abundantes num país, afinal, tão abundantemente cheio de carências e desigualdades. A elaboração programática, quando houve, ficou fora do espaço partidário. Foi assim, por exemplo, quando Lula, derrotado em 1989, formou uma espécie de “governo paralelo” (depois chamado “Instituto da Cidadania”), cuja missão de criticar governos e elaborar alternativas passava ao largo da estrutura partidária. Igualmente, isto se deu no âmbito do município de São Paulo, com a formação do “Instituto Florestan Fernandes”, ou no movimento sindical com o conhecido “Instituto Cajamar”.

O choque entre partido, governo e essa variedade de “*Think-Tanks*” petistas se mostrou inevitável, mas nem por isso produtivo. Ao final, pesaram mais as experiências adquiridas nas administrações, nos processos de tentativa e erro e na inevitabilidade de algum nível de racionalidade administrativa e econômica. Gestores petistas fizeram-se e ponto. Não foram

¹⁶ Anos depois, com o objetivo de retomar a direção partidária, o “Unidade na Luta” se une a outros grupos e forma assim o chamado “Campo Majoritário”, um nome (quase um carimbo) que identifica, mas que pouco ou nada qualifica.

formados pelo partido ou preparados pela reflexão ou pela *imaginação sociológica* (MILLS, 1969).

Mas, os conflitos se davam também pela ocupação de espaços nas máquinas dos governos petistas. Normalmente, sob o pretexto da exigência de “ações políticas mais ousadas do ponto de vista político-ideológico”, as cizânias e os conflitos abertos se deflagravam. Um exemplo clássico, mas certamente não o único, foi a relação estabelecida pelo partido, na cidade de São Paulo, com a administração Luiza Erundina (1989-1992). Novamente, o problema parece residir, sobretudo, numa visão de que a dimensão política possa se sobrepor sempre e em última instância às considerações eminentemente técnicas. Nesse sentido, a técnica estaria a serviço dos objetivos políticos e não o contrário; fora isto, seria mero *burocratismo*.

O passar do tempo foi outro fator importante: o juvenzinho, de esquerda, universitário, das organizações clandestinas, das comunidades eclesiais de bases ou do movimento popular, se profissionalizara e envelhecera como militante. Não haveria para ele outro espaço de manifestação e sequer de sustento; o envolvimento com o partido, enrijeceu o pensamento; a necessidade de sobrevivência converteu sua opinião em obediência aos chefes e à direção partidária. A estrutura calcificou-se; a análise dogmatizou-se ainda mais que antes.

O problema veio à tona com a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. O partido se dividiu entre aqueles que sectariamente rejeitavam o novo governo e uma parte que aderiu à atração do “sociólogo que chegou ao poder”. Inúmeros quadros petistas importantes, técnicos e políticos, deixaram o partido por aderirem ao governo dos tucanos. Outros tantos militantes com capacidade de ação e elaboração no âmbito do estado, por discordarem da avaliação petista em relação ao Plano Real e à natureza do governo do PSDB também se distanciaram. Ainda um terceiro tipo, por esgotamento político e pela falta de renovação das direções partidárias e pela falta de espaço para elaboração, simplesmente voltou as costas às atividades políticas e à vida partidária; foi para a Universidade, para as Organizações Não-Governamentais ou mesmo para casa; resolveu “cuidar da vida”.

Paralelamente, há todo um histórico que demonstra fraturas políticas, resultantes de um “obreirismo basista e sectário” de um lado e do “dogmatismo ‘administrativista’ e pragmático”; entre os dois lados havia menos que estranhamento, incompreensão. Ainda assim, caminharam juntos, diante da perspectiva do poder. No mais, as evidências de uma “interpretação econômica petista”, apontam para confusões e erros de avaliação, como foi o caso da análise que se fez, em 1994, apontando para o inevitável fracasso do Plano Real, por exemplo, ou mais tarde para a pouca importância que se deu às discussões em torno da elaboração e aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A massa crítica sempre dependeu mais da colaboração de quadros individuais do que de uma construção coletiva. Todavia, mesmo isto, ao contrário do que se anunciava, passou por um processo declinante: a variedade de quadros técnicos e políticos qualificados para os desafios de um novo modelo de desenvolvimento, compatível com o século XXI, tornou-se diminuta e, provavelmente, deficiente. Muitos abandonaram o PT ou simplesmente aderiram, acriticamente, ao governo. Não foi por nada que o ministro Palocci recrutou sua equipe para o Ministério da Fazenda e para o Banco Central entre quadros do governo anterior, da Universidade, do mercado financeiro; majoritariamente, fora do PT.

Evidentemente, isto acarretou em uma série de problemas: no que se refere à concepção política, a unidade dos governos foi prejudicada e as disputas potencializadas; no que tange à formação do governo Lula, especificamente, a procura pelo suporte técnico e pela experiência política em outras legendas (ou fora do sistema partidário), acabou por alijar e excluir militantes ou colocá-los em conflitos com seus aliados. Isto novamente comprometeu a unidade e dinamizou disputas também motivadas pelo despeito e pela ira dos desprezados.

Este cenário esteve permanentemente presente no primeiro governo de Lula e foi o propulsor de inúmeras disputas que transbordaram para fora do governo, do partido e da base política, fornecendo à oposição elementos para sua atuação. Por paradoxal que possa parecer, não foram raros os momentos em que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, era mais violentamente atacado por seus partidários do que por seus adversários da oposição. Aliás, ironicamente, Palocci foi, por inúmeras vezes, defendido pela oposição; não pelo PT. E assim, não surpreende que as denúncias que deram ensejo a crise de 2005 tenham surgido do interior do próprio complexo governo-partido e não fora dele, pois seria aí que se estabeleceria a real disputa.

Das finanças do partido à realpolitik: a capitulação ao tradicional

É de amplo conhecimento que as campanhas políticas no Brasil demandam vultosos recursos; são absurdamente caras. O material de propaganda, a televisão e o marketing político exigem somas exorbitantes para a realidade brasileira. De acordo com dados de Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2002, a campanha de Lula, por exemplo, teria gasto oficialmente cerca de R\$ 33 milhões; extra-oficialmente, existem estimativas que falam em algo acima de R\$ 200 milhões, diferença obtida com recursos provindos do chamado “Caixa 2” (ATTUCH, 2006).

Nos primeiros anos de sua história, o PT se recusou a aderir e trilhar esse caminho. No princípio, chegou a inovar, utilizando mão-de-obra militante e a criatividade da então

juventude que formara o partido. Mas, a partir de 1989, a campanha de Fernando Collor mostrou ao país a efetividade de recursos mais profissionais, como o monitoramento do eleitor por meio de sondagens e pesquisas de opinião, o acompanhamento da mídia e a produção de um programa de TV com direção tecnicamente impecável (MELO, 2007). Essa realidade se impôs nas eleições seguintes e fez Fernando Henrique Cardoso, duas vezes, presidente do Brasil.

Com três derrotas eleitorais para a presidência da República, Lula cansou de competir sem chances. Em 2001, para enfrentar sua quarta eleição consecutiva à presidência, exigiu que o PT lhe garantisse condições reais de competitividade. José Dirceu, como presidente da legenda, viabilizou politicamente tudo; quadros financeiros do PT foram atrás de recursos de monta; a real possibilidade de vitória viabilizou a empreitada, política e financeiramente. O pragmatismo se estabeleceu e o partido acabou por se acertar com o publicitário Duda Mendonça, um mago das campanhas eleitorais. A contratação de Duda e de seu estilo, possibilitou ao PT verter a imagem de Lula de um “sapo barbudo” a uma espécie de “ursinho de pelúcia” (como apontou o jornalista Elio Gaspari), simbolizado pela frase “Lulinha paz e amor”.

No entanto, a campanha que trouxe o poder também despertou um novo padrão de gastos e consumo. As necessidades se tornaram tão sofisticadas quanto as pretensões do projeto de poder; os padrões de vida também sofreram alteração: ternos, gravatas, jantares e Brasília, onde todos são chamados de “doutor”. Após a eleição, a busca por recursos financeiros não foi interrompida e, por aquilo que, durante a crise, se pôde acompanhar amplamente pela mídia, criou autonomia política.

Se antes o máximo que se ouvia a respeito do partido era um suposto envolvimento com a “(pequena) corrupção” das administrações municipais, agora os rumores apontavam para negócios mais encorpados, realmente sofisticados, envolvendo fundos de pensão, bancos, agências de publicidade e empresas de telecomunicações. Negócios que forneceriam, nos termos do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, uma abundância de “recursos não contabilizados”.

Independente da veracidade ou não das acusações que se faz ao PT e a alguns dos petistas no âmbito dessa arrecadação financeira, o fato é que esse tipo de denúncia e suspeitas tem sido bastante comum no Brasil e atingem todos os governos. Não seria de se admirar se mais uma administração estivesse envolta por esse tipo de névoa. Além disso, é fato que o estilo e as exigências financeiras do novo tipo de atividade política, que então alguns quadros do PT estavam envolvidos, implicavam realmente em mais recursos, em somas mais significativas.

Some-se a isto os flagrantes de sinais exteriores de riqueza: carros, vinhos, charutos. Preconceito da mídia ou não, diz o ditado que “à mulher de César não basta ser honesta; tem que parecer honesta”. Objetivamente, o PT aderiu a realpolitik e isto, evidentemente, significou que arcasse com os custos políticos e financeiros dessa escolha; a desconfiança seria inevitável.

No mais, os novos parceiros que compunham a base do governo, pelos anos de experiência em outros governos, acostumados a esse tipo de ação política, criavam um ambiente favorável para que essas práticas pudessem proliferar. Os termos usados por Roberto Jefferson em seus depoimentos no Congresso Nacional, quando da CPI, são reveladores, ainda que não exatamente estarrecedores. Ademais, a tensão e os prazeres do poder também demandam recursos e assim um ciclo vicioso se estabelece: sem recursos não se faz política; a política que se faz garante de algum modo à obtenção desses recursos.

Se houve ou não o chamado “mensalão” – a compra de parlamentares e a garantia de seus votos por meio do pagamento de propinas mensais – será impossível afirmar e nem é este o propósito. Mas, é fato que grande quantidade de recursos foi transferida das contas das empresas do empresário Marcos Valério de Souza para dirigentes do PT e de partidos da base governista. Fossem esses recursos para o pagamento de dívidas das campanhas (2002), para o financiamento das campanhas municipais de 2004 ou para bolsos privados, não importa. Objetivamente, de uma forma suspeita e nada transparente, esses recursos (de origem desconhecida) circularam, chegando ao escritório de inúmeros parlamentares da base governista; financiaram campanhas eleitorais e acordos partidários¹⁷; sustentaram festas privadas e encontros em hotéis de luxo.

Ora, motivados, pressionados ou envolvidos por um sistema político e partidário notoriamente fisiológico, clientelista e afeito à corrupção, lideranças do PT parecem ter se rendido ao que acreditavam como normal e inevitável no sistema político nacional. Essa visão fica explícita nas declarações de ninguém menos que o próprio presidente Lula. Em entrevista exibida pelo programa Fantástico (Rede Globo de Televisão), de 17/07/2005, o presidente afirmou com todas as letras: “o que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no

¹⁷ Foram publicamente admitidos tanto por Valdemar Costa Neto, presidente do Partido Liberal – que reconheceu ter, às vésperas da aliança que fez José de Alencar candidato à vice-presidente de Lula, negociado o apoio por R\$ 10 milhões que seriam usados nas campanhas do partido; quanto por Roberto Jefferson, que revelou ter negociado o apoio à reeleição, em 2004, de Marta Suplicy, prefeita de São Paulo pelo PT, com base no compromisso de o Partido dos Trabalhadores desembolsar recursos para as campanhas municipais do PTB; conforme informações reveladas pela CPI dos Correios, acordo teria sido fechado por R\$ 40 milhões, dos quais apenas R\$ 4 milhões, em espécie, foram efetivamente entregues.

Brasil sistematicamente”. É verdade que “o que está feito, está feito”, como diz um velho clichê. Mas, se, como dizia Jean-Paul Sartre, o homem é mesmo um ser condenado à liberdade – a única escolha que não pode fazer é deixar de escolher – o que se fez poderia, sim, não ser feito.

Todavia, o PT o fez; assumiu práticas no mínimo questionáveis pelo seu próprio discurso histórico e isto foi admitido pelo presidente Lula. E fazendo desse modo, o partido rompeu com duas perspectivas históricas que deram alento e força para a formação da legenda: 1) a de que seria um elemento novo na política brasileira, voltado para a transformação de práticas e princípios políticos; e 2) a de que expressaria uma postura irrepreensível, sobretudo, por sustentar, anos a fio, a bandeira da “ética na política”, vocalizando um arrebatado discurso moralizador, vilanizando tantos adversários.

A crise: potencial, conciliação e conseqüências

A frustração dessas expectativas, é claro, despertou importantes efeitos: o primeiro e mais cruel do ponto de vista histórico foi a desilusão de uma parte da militância e da base social de esquerda, de um modo geral, e petista, em particular; o segundo aspecto foi aguçar nos adversários a oportunidade de revide, de ir à forra, depois de tantos anos achincalhados por petistas. Esse segundo elemento deu especial combustível à crise: somado à fagulha do momento eleitoral e à oportunidade de desalojar Lula do Planalto, incendiaram o ambiente e a cena política nacional.

Não apenas se passou a buscar a vitória eleitoral sobre o adversário, como foram encaminhadas manobras de eliminação política dos inimigos. Antecipou-se a disputa eleitoral em um ano; destruíram-se reputações e projetos de longo prazo; obstruiu-se a agenda de reformas no Legislativo. O Parlamento foi tomado pela lógica das CPIs, das comissões de ética, dos discursos inflamados, dos depoimentos dissimulados, do farisaísmo escancarado.

Na mídia, o clima se agravava. O jornalismo investigativo, simultaneamente acompanhado pelos interesses empresariais, pautava o Congresso e pressionava governo e partidos. A classe média urbana expressava sua indignação por meios de seus porta-vozes nos meios de comunicação; nunca se viu tanto juízos de valor emitidos por analistas que tinham a obrigação da análise objetiva. As edições dos jornais, a cada dia, e das revistas semanais, nos fins de semana, traziam a ansiedade e o suspense. As CPIs, instrumentos legítimos do Legislativo, se transformaram em palco para todo tipo de interesse, vaidade e artigo do

código penal: sonegadores, malandros, corruptos e até agenciadoras de garotas de programa receberam suas luzes.

Em alguns momentos, tudo aquilo parecia expressar um sistema político sem racionalidade e sem unidade de comando; um país sem rumo, ainda que beneficiado pelos bons ventos da economia internacional. Cada parlamentar passou a ser uma legenda; as lideranças foram apagadas. Dirceu e Jefferson perderam seus mandatos ao preço de outros tantos serem absolvidos; a imprensa denunciava os acordos, festejava as “pizzas”, comemorava o descrédito. O ceticismo foi, acima de tudo, o grande vitorioso.

Se antes havia indícios de diálogo entre o governo e a oposição, sobretudo, com o PSDB – no sentido de encaminhar o processo de modernização, aprovar uma agenda de reformas, defender princípios de responsabilidade fiscal e racionalidade econômica – esse diálogo foi bruscamente interrompido. Até o ministro Palocci – sempre mais defendido pela oposição do que pelo PT – foi defenestrado num show de estupidez política¹⁸.

Esperanças frustradas e espíritos em guerra, a crise política despertou todo o tipo de avaliação e fantasias: desde a versão de que aquela seria a mais grave crise de nossa história; passando por pretensas semelhanças entre Lula e Fernando Collor (MELO, 2006); residindo na tentação do impeachment; desembocando na defesa de Lula; vinculando a crise ao pretense “golpismo das elites”; insinuando, como recurso defensivo, a ida do presidente “ao povo”; ameaçando com a mobilização dos movimentos, a “defesa do mandato, nas ruas”. Um clima venezuelano.

Não foi necessário tanto. Diante do perigo real de retrocesso democrático, de lado a lado, operaram os espíritos da conciliação; remetendo às urnas de 2006 a solução do impasse. De todo modo, a crise aprofundou a descrença na classe política nacional, revelando a precariedade de lideranças políticas quer fossem da situação ou da oposição. Em particular, a crise revelou a inexperiência e a ineficiência do governo e da bancada do PT no mau momento, assim como despertou um “moralismo” vazio, udenismo *démodé*, que, ao cabo, não soube capitalizar o momento talvez por possuir os mesmos defeitos, certamente por não contar com projetos concretos.

¹⁸ Acuados por uma série de denúncias que envolviam o nome do ministro com processos de corrupção e deslizes morais, seus assessores acharam por bem intimidar o denunciante, desqualificando um caseiro que afirmara ter visto o ministro numa casa de má reputação. Ilegalmente, quebrou-se e se divulgou o sigilo bancário do caseiro. Culpado ou inocente neste episódio, não vem ao caso, Palocci caiu não pelas denúncias de corrupção, mas pela impossibilidade de se defender daqueles que queriam lhe ajudar.

Revelou-se uma geração de políticos, presente praticamente em todos os partidos, sem dimensão da *grande política*: órfãos da capacidade de percepção do clima e do momento, da sagacidade para inverter situações, da disposição e da qualidade de negociação. Um cenário político sem lideranças capazes de viabilizar projetos de transformação, de resto inexoráveis e exigidos por um mundo em permanente movimento. Despertou-se a sensação de que haveria um vácuo, não exatamente de poder, mas de lideranças capazes de conduzir processos políticos, superar obstáculos, remover entulhos, substituir o arcaico, estabelecer o novo. Enfim, um país sem os *condottieres* e os *príncipes* de quem nos falava Maquiavel.

Lula, a contribuição do protagonista

Daqui a algumas décadas, comentaristas políticos dirão que tal qual Mané Garrincha, em 1962, e Diego Maradona, em 1986, conquistaram as Copas, sozinhos, Lula venceu a eleição de 2006 sem a ajuda de ninguém. O balanço das eleições de 2006 foi, por fim, extremamente favorável ao presidente¹⁹. A capacidade de comunicação, o faro para aquilo que realmente interessa à maioria da população e a extraordinária capacidade de se desvencilhar de erros cometidos pelos colaboradores mais próximos estão entre as principais características e – considerando o princípio da manutenção do poder – virtudes de Luiz Inácio Lula da Silva.

Todavia, como qualquer pessoa, Lula tem defeitos. E eles, os defeitos, ganharam magnitude numa conjuntura como a acima descrita: a que concilia a necessidade de transformações estruturais, o presidencialismo consociativo e um sistema político anacrônico e fragmentado. Falta-lhe o amparo de um projeto de país e governo; habilidade para mobilizar sociedade e partidos na direção desse projeto; a intenção de romper com o passado ou, por outro lado, a disposição para cumprir rituais da política brasileira que consistem na conciliação e articulação dos interesses do governo com pleitos individuais de cada parlamentar e setor politicamente organizado²⁰.

¹⁹ Na verdade, Lula foi até prejudicado pela ação desastrosa de membros do PT - chamados por ele de “aloprados” – que se envolveram com uma obscura história de compra e venda de dossiês contra tucanos. Ainda assim, a fragilidade dos adversários e a inabilidade do principal candidato de oposição, Geraldo Alckmin, contribuíram para e facilitaram a vitória de Lula. Alckmin, por exemplo, conseguiu a proeza de, numa conjuntura como aquela, obter, no segundo turno da eleição, menos votos do que recebera no primeiro turno, inclusive em seu estado de origem, São Paulo. (No primeiro turno, Alckmin recebeu 39.968.369 votos, no país, e 11.927.802 em São Paulo; no segundo turno foram 37.543.178 votos no país, e 11.696.938 em São Paulo).

²⁰ Lula detesta receber e fazer rapapés a parlamentares, assim como se mostrou absolutamente arremido ao contato com a imprensa e à concessão de entrevistas coletivas. Essa postura despertou o estranhamento de inúmeros políticos, acostumados a presidentes socialmente mais corteses; assim como resultou em duras críticas da mídia, contrariada pelo distanciamento do presidente.

Em paralelo e como agravante, o presidente por hábito adota o contraditório como método de decisão, estimulando discussões e disputas que não raro tornam-se públicas, minando a unidade do governo e explicitando suas fragilidades aos adversários. Além disso, desde os tempos de liderança sindical, Lula se acostumou a usar diferentes discursos para diferentes públicos, externando grande ambigüidade (que potencializa as disputas); assim como pratica o exercício da desconfiança política, que o faz se “fechar em copas”, não permitindo à sua equipe e nem a seus colaboradores mais próximos intuir o que “vai pela cabeça do presidente”; paralisa o processo político e administrativo, protelando decisões.

Foi assim em diversos momentos do primeiro mandato. As disputas entre os ministros José Dirceu e Antônio Palocci proliferaram e não apenas entre eles. Na própria composição do governo, as ambigüidades e os sinais trocados de Lula transpareceram, transformando de algum modo o Executivo num campo em disputa, sobre o qual o presidente procurava pairar. Havia, no conjunto da alta administração federal, desde setores considerados liberais ortodoxos, vinculados ao mercado financeiro – como a equipe econômica e do Banco Central – até personagens de nítido perfil nacional-desenvolvimentista²¹, como o economista Carlos Lessa, então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); setores vinculados a grande propriedade rural e ao agronegócio até interlocutores de movimentos de sem-terra; de ambientalistas radicais a desenvolvimentistas sectários; de defensores do diálogo e da aproximação com a oposição a petistas ortodoxos, arredios a qualquer contato.

É claro que essa situação gerou a percepção de falta de unidade e controle, além de certa esquizofrenia estrutural. Foi os tempos do chamado “fogo amigo”, quando governo e partido – e internamente a cada um deles – expressavam disputas que alvejavam aqueles que, em tese, seriam aliados, desgastando o “companheiro” e naturalmente o próprio governo. Evidentemente, essa turbulência rapidamente forneceu munição à oposição que soube explorar as contradições, assim como à mídia, que soube amplificá-las. Era, antes de tudo, um jogo mal jogado, num time com capitão nomeado (Dirceu, conforme indicação de Lula), mas sem unidade e sem objetivos claros definidos pelo técnico e obedecidos por todos.

Essa ambigüidade transbordou também para a política de alianças. Na composição dos ministérios, o “loteamento” criou verdadeiras auto-armadilhas. Ao destinar um ministério a determinado partido, em virtude da necessidade de formação de maioria parlamentar, Lula e

²¹ Lula é realmente o mestre da ambigüidade. Atualmente, maio de 2007, observa-se na composição do ministério da Fazenda uma enorme contradição de visão econômica em relação a equipe que ainda ocupa o Banco Central. Uma obra-prima da ambigüidade.

seu alto comando presumiram que pulverizando as nomeações entre várias legendas estariam criando um sistema de pesos e contrapesos, controles e vigílias múltiplas, reduzindo assim as possibilidades de corrupção. Não deu certo.

Constituíram-se grupos e interesses concorrentes em cada ministério, em cada autarquia. As disputas, que ocorriam no primeiro escalão por motivos de indefinição programática e ideológica, deram-se, nos segundo e terceiros escalões, por evidente pragmatismo do fisiologismo e dos esquemas financeiros e eleitorais de cada agremiação. Foi nessa atmosfera que explodiu um caso aparentemente menor de corrupção com um funcionário da Empresa de Correios e Telégrafos²², acionando, assim, o estopim da crise: o “aliado” Roberto Jefferson. Ao fim, a CPI e a crise, ocorreram também, mas não sobretudo, porque essa espécie de “consórcio”, politicamente construído por Lula, entrou em colapso. E entrou em colapso porque estruturas complexas requerem comando e autoridade inequívocos, o que faltou ao presidente e, por extensão, ao governo.

É claro que a crise não explodiu por causa de Lula ou pelo menos apenas em virtude das características de seu comando. Como vimos até aqui, há uma conciliação de fatores e o tipo de liderança política de Lula – inegavelmente popular; mas errática do ponto de vista gerencial e político – não pode ser a única responsável e nem a variável mais importante para explicação da “crise que abalou o governo e o PT”. Ainda assim, não pode ser descartada como um de seus elementos constitutivos.

Conclusão

A eleição de Lula tornou o fosso entre ideológicos e pragmáticos no PT ainda mais profundo. Simultaneamente, revelou a inexistência de um projeto factível de transformação, como também a fragilidade da elaboração petista. Como não poderia deixar de ser para um ator político que durante toda a vida se pautou por apurado faro político e por uma postura “radicalmente moderada” dentro do PT (se não conservadora), Lula recrutou para seu governo os quadros mais pragmáticos que teve à disposição. Fez, de fato, concessões localizadas ao partido e a alguns de seus grupos mais à esquerda – o que foi plenamente coerente com sua tradicional ambigüidade. Mas, não vacilou em colocar a economia nas mãos de uma equipe econômica tida como ortodoxa e articulada com os princípios do governo

²² Ver em Leonardo Attuch (A CPI que abalou o Brasil: os bastidores da imprensa e os segredos do PT, páginas 58 e 59), como a trama, que resultou na captação de imagens de servidor dos Correios, Maurício Marinho, recebendo uma propina de R\$ 3 mil (“uma peteleca”, como se referiu ao valor o deputado Roberto Jefferson), foi simbólica desse processo de disputas e espionagens.

anterior e do Fundo Monetário Internacional (FMI) que eram o equilíbrio fiscal, o aprofundamento de reformas estruturais e a atração de capitais de modo a, somente então, voltar a financiar o desenvolvimento econômico, perdido em algum lugar da primeira metade da década de 1970.

À falta de um diagnóstico partidário, capaz de compreender o mundo em que se vive, e de um corpo doutrinário que possibilitasse a formulação de novas utopias e bandeiras políticas, as legendas se esvaziaram de conteúdo e importância política. De algum modo, se vê hoje, que o PT também é uma delas: no segundo governo Lula seu papel é quase de irrelevância. Todos os partidos acabaram por se assemelhar a uma plêiade de interesses dispersos, num corpo político fragmentado, sem unidade de comando, com o agravante de não possuírem qualquer sombra de disciplina ou fidelidade partidária. Assistiu-se, desse modo, a desvitalização da política enquanto construção de projetos, mobilização de pessoas e possibilidade de transformação social.

Resultou esse processo do fortalecimento de características ancestrais que exigiam como contrapartida do apoio parlamentar a satisfação de interesses identificados com o fisiologismo, o clientelismo e com a corrupção, em grande medida. Os “custos de campanha” impuseram uma lógica de capitulação à realpolitik e rendição aos tais desfrutes do poder. As lideranças políticas, assim como a experiência, a sagacidade e a capacidade de construção de vontades programáticas coletivas se escassearam. Nesse sentido, a crise política de 2005 não passou. Pode-se afirmar que ela “não foi”; em outro ritmo, continua sendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S.H. **Presidencialismo de Coalizão e Crise de Governança**. Conjuntura Política. Belo Horizonte, Associação Brasileira de Ciência Política ¾ ABCP; Departamento de Ciência Política ¾ UFMG (www.cevep.ufmg.br/bacp), n.26, jun. 2001
- ABRANCHES, S.H. **Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro**. Dados. Rio de Janeiro, Iuperj, v.31, n.1, 1988, p.5-34.
- ATTUCH, Leonardo. **A CPI que abalou o Brasil: os bastidores da imprensa e os segredos do PT**. São Paulo : Futura, 2006.
- AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Fundamentos da política e da sociedade brasileiras**. In AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (organizadores). Rio de Janeiro : Fundação Konrad-adenauer-Stiftung; São Paulo : fundação Unesp Ed., 2004.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1)
- CINTRA, Antônio Otávio. **O sistema de governo no Brasil**, in AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (organizadores). Rio de Janeiro : Fundação Konrad-adenauer-Stiftung; São Paulo : fundação Unesp Ed., 2004, págs 61-78.
- DINIZ, Eli. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FIORI, José Luís. **Em busca do Dissenso Perdido**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.
- FIORI, José Luís. O novo papel do estado frente à globalização. In: FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.
- KINZO, Maria D'Alva G. **A Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. In: São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001
- MELO, Carlos Alberto Furtado de Melo. **Collor: o ator e suas circunstâncias**. São Paulo : Novo Conceito, 2007.

MELO, Carlos Alberto Furtado de Melo. **Collor e Lula: o destino das trajetórias (distintas) que se cruzam.** In CADERNOS FESPSP. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo : 2006.

MILLS, Charles Wriqth. **A imaginação sociológica.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Brasil 2001.** 5.ed. Rio de Janeiro: APEC S.A, 1974.